

O EFEITO TRANSBORDAMENTO DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

Amarildo Hersen¹
Jandir Ferrera de Lima²

Resumo

O objetivo desse artigo foi apresentar a maneira pela qual a crise econômica desencadeada em uma região pode tomar proporções de maior amplitude e atingir outras regiões. O método de pesquisa consiste no estudo de caso, através da análise da crise econômica norte-americana de 2008. Os resultados indicam que a crise norte-americana teve início no mercado financeiro e se transferiu posteriormente para o mercado produtivo, pela retração do crédito, desencadeando recessão mundial pelo mercado externo. Os países de maior dependência externa e maior relação com os Estados Unidos sofreram o impacto de forma mais agressiva.

Palavras chaves: Crise econômica, crescimento econômico, agentes econômicos

Classificação JEL: E32, E65

1. INTRODUÇÃO

As crises econômicas evidenciam a fraqueza e a vulnerabilidade do sistema capitalista. A Grande Depressão que teve início em 1929 e que

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) / Campus de Toledo. Docente de Economia da Faculdade Guarapuava e da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)/Paraná. E-mail: amarildoherzen@yahoo.com.br

² Ph.D. Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Campus de Toledo. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br

persistiu ao longo da década de 1930 e se arrefeceu em meados da Segunda Guerra Mundial, acarretou efeitos avassaladores sobre a economia mundial e expôs a fragilidade do sistema econômico. Esta crise foi considerada a pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, pois houve inflação, queda na venda de produtos e alta taxa de desemprego (FRANCO JUNIOR e CHACON, 1980).

Passado o século XX, em setembro de 2008 eclode a primeira grande crise financeira do século XXI. O mercado imobiliário norte americano passou por uma fase de expansão acelerada no final do século XX estimulada pelos gastos governamentais, a queda da taxa de juros e a desregulamentação financeira. Diante da situação, o setor imobiliário se aproveitou desse momento e a demanda por imóveis cresceu. As empresas financeiras, para aproveitar o bom momento do mercado, passaram a atender o segmento *subprime*. Em busca de rendimentos maiores, gestores de fundos e bancos compram esses títulos *subprime* das instituições que fizeram o primeiro empréstimo e permitem que uma nova quantia em dinheiro seja emprestada, antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago. Um segundo gestor pode comprar o título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, gerando uma cadeia de venda de títulos e uma espiral de especulação financeira. Os tomadores iniciais de empréstimos não conseguem honrar seus compromissos assumidos e se tem início a uma nova crise do sistema capitalista. Se a crise se restringisse apenas a uma região, no caso os Estados Unidos da América, seus efeitos não seriam tão devastadores sobre a economia mundial. Porém, dada a interdependência das economias, os mecanismos de contágio e transbordamento das crises ainda necessitam de mais estudos.

Por isso, o objetivo dessa análise é demonstrar, sob a ótica da contabilidade nacional, por que as crises econômicas, desencadeadas em uma economia, atingem rapidamente outros países e geram um desaquecimento na economia mundial, tendo por base a recente crise imobiliária norte americana de 2008.

Para a análise fez-se uso do estudo de caso, caracterizado pelo estudo de um ou poucos objetos, pressupondo que a investigação desse objeto, ou desses objetos, possibilita a compreensão da generalidade do mesmo (GIL, 1991). Conforme Becker (1999), o “estudo de caso” procura explicar a dinâmica e a patologia de um fenômeno ou fato.

Para Figueiredo e Hamburger (1970) uma das vantagens do estudo de caso consiste na possibilidade de se trabalhar com uma situação concreta e

não com situações hipotéticas. Gil (2000) entende que o propósito de uma pesquisa desse tipo é de proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

O artigo encontra-se subdividido em cinco seções, sendo esta a primeira. Na segunda seção faz-se uma abordagem sobre as duas maiores crises do sistema capitalista: a crise de 1929 e a crise norte americana de 2008. A terceira seção expõe a Teoria dos Ciclos de Schumpeter e o método de pesquisa estudo de caso. A quarta seção evidencia os resultados e discussão acerca da mecânica com que a crise econômica de 2008 toma proporções globais. Por fim tem-se a conclusão da pesquisa

2. AS DUAS GRANDES CRISES ECONÔMICAS MARCANTES NA HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Ao final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a indústria dos Estados Unidos era responsável por quase 50% da produção mundial e o país criou um novo estilo de vida, baseado no endividamento das famílias e no consumo de massa³. Este estilo caracterizava-se pelo grande aumento na aquisição de automóveis, eletrodomésticos e toda a sorte de produtos industrializados. Terminada a guerra os países europeus paulatinamente voltaram a se organizar e desenvolver sua estrutura produtiva, reduzindo gradativamente o que até então era importação de produtos americanos. Tal fato colaborou para uma conjuntura econômica aumento da capacidade instalada americana em relação a demanda por seus bens, ou seja, de superprodução (GALEANO, 2002; REZENDE FILHO, 2007).

A expansão da economia americana gerou uma clima de euforia no mercado de títulos. Facilitava-se o crédito para que pequenos investidores comprassem ações na bolsa. Já os grandes investidores especializaram-se no negócio de compra e venda de ações fazendo fortunas de um dia para o outro. Com isso, dinamizava-se o mercado financeiro e investia-se menos no setor produtivo fazendo com que a moeda circulasse em grande velocidade, sem corresponder efetivamente ao que ocorre no mercado produtivo, desprovido de dinamismo equivalente. Para se ter uma idéia precisa, entre 1925 e 1929 o índice geral dos títulos do setor industrial estava cotado na

³ American way of life.

Bolsa de Nova Iorque em um valor duas vezes maior que o da produção industrial (GALBRAITH, 1956).

O *Crack* de 1929 ocorreu no dia 24 de outubro, conhecido na literatura como “quinta-feira negra”, onde mais de 16 milhões de títulos foram colocados à venda sem que aparecessem compradores. Os preços dos títulos desabaram. A queda se acelerou e, no começo de novembro, os títulos perderam mais de um terço de seu valor. Para saldar compromissos, os bancos norte-americanos deixaram de abrir linhas de crédito aos países estrangeiros e tentaram repatriar os capitais que tinham investido no exterior, que na maior parte das vezes não se encontravam disponíveis. Empréstimos não eram renovados e as dívidas passaram a ser executadas. A sequência das falências foi acelerada, quebrando bancos e as companhias que neles faziam seus depósitos em conta-corrente. A onda de desemprego aumentou exponencialmente. Sem empregos, não havia rendas disponíveis, retraindo o consumo e, por conseguinte, retraindo a produção (GALBRAITH, 1956).

Em decorrência do domínio econômico exercido pelos EUA sobre o mundo, especialmente sobre a Europa, a crise não tardou em atingi-la. Estimulados pela decadência financeira, os EUA foram obrigados a repatriar seus capitais. Em quanto entre 1927 e 1929 os americanos emprestavam em média US\$ 978 milhões por ano, retomam cerca de US\$ 251 milhões no ano de 1932 (FRANCO JUNIOR e CHACON, 1980).

Já na América Latina, os países exportadores se defrontaram com a estagnação do comércio externo e não tinham mais a quem vender suas matérias-primas. Para Souza (2008), as economias primário-exportadoras, integradas de forma subordinada à dinâmica da economia mundial, receberam os impactos da crise através de suas contas externas e seus efeitos rapidamente se espalham para o resto da economia. Como a economia brasileira estava fundamentada num modelo agroexportador foi atingida pelo mercado de exportação, sobretudo do café, devido à queda violenta nos preços internacionais dos produtos primários.

A política adotada pelo presidente brasileiro Getúlio Vargas (1931 a 1944), decorrente do comportamento inercial das exportações nacionais, foi a de incinerar no país mais de 78 milhões de sacas de café, ou seja, a destruição de bens para se sobrepor a retração na demanda e à crise de superprodução. Decisões posteriores se sucederam em uma tentativa de

corrigir as políticas governamentais ineficientes e iniciativas equivocadas do setor produtivo. A maioria dos produtos que o brasileiro consumia era importada e os preços em seus países de origem, principalmente Inglaterra e Estados Unidos, aumentaram gerando pressão inflacionária nos países importadores. Ou seja, a inflação se transferia entre os países através do mercado internacional. Já a União Soviética não sentiu a crise por ser um país socialista, desenvolvia uma economia fechada e praticamente autosuficiente, pois não mantinha trocas comerciais com nenhum país capitalista e nenhuma relação com os EUA (LOBO, 1977; SILVA, 1979).

Após o impacto inicial provocado pela crise houve várias tentativas de normalização, com uso de teorias de economistas liberais, ancoradas nas “leis naturais da autocorreção dos mercados”. Medidas no sentido de contenção de despesas governamentais objetivando alcançar o equilíbrio orçamentário, o que agravou ainda mais o estado de paralisia dos negócios. Passou-se então para políticas caracterizadas pela intervenção do Estado, protecionismo aduaneiro, desvalorização monetária, subvenções governamentais às empresas privadas e aumento dos gastos públicos. Nota-se, contudo, que cada país seguiu a sua própria política econômica de intervenção na economia (FRANCO JUNIOR e CHACON, 1980).

Essa ideologia⁴ foi bastante usada no *New Deal*, projeto criado pelo então presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, em 1933. O projeto consistia em fortes obras na infra-estrutura, como estradas, hospitais, escolas, tubulações de esgoto, com intuito de gerar postos de trabalho. Com empregos, os cidadãos voltaram a consumir, as empresas aumentaram a produção e começaram a vender mais, contratar mais, e o capitalismo volta a crescer (GALEANO, 2002).

É válido ressaltar que no período compreendido entre 1870 e 1930, a escola do pensamento econômica Neoclássica era predominante na explicação dos fatos econômicos. Com a grande crise econômica de 1929 a forma de interpretar o comportamento da economia ganhou novo direcionamento. A teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, evidenciou a importância de práticas antiliberais da economia, dada a incapacidade do sistema em se

⁴ Sobre isso ver KEYNES (1936). Sua forma de pensar economia revolucionou a época e em muito contribuiu para a superação da Grande Depressão.

auto-ajustar, comprovada com a queda da Bolsa de 1929 e consequências decorrentes. Desde então a vertente macroeconômica de regulação induzida da economia mostrou ser importante para prevenir fatos semelhantes ao de 1929, ou para administra-los (HUNT, 1981; HUGON, 1995).

2.1. A crise financeira norte-americana de 2008

Conforme lembra Hermann (2009) cada crise financeira marca o fim de um ciclo de crescimento econômico. O fato é que no capitalismo moderno, que conta com sistemas financeiros relativamente sofisticados no qual os investimentos que alicerçam o crescimento econômico assumem proporções crescentes, frente aos desafios da concorrência em escala internacional, não há expansão dos ativos sem aumento do endividamento.

No começo deste século, meados de 2001 e 2002, o mercado imobiliário norte-americano entrou em expansão. A aquisição de imóveis passou a ser objetivo de quem queria, além do imóvel próprio, fazer algum investimento, ou seja, especular no mercado imobiliário. Tudo isso depois que o *Federal Reserve (Fed)*, o Banco Central americano, passou a diminuir os juros e incentivar empréstimos e financiamentos, para fazer consumidores e empresas gastarem mais. Mais dinheiro circulando, mais crédito fácil, mais liquidez no mercado, maior é a especulação financeira mundial.

A partir de então, o crédito começou a ser cada vez mais facilitado. Sabe-se que a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável para credores que não tinham capacidade de pagar “*subprimes*” ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros⁵ começasse a subir como de fato aconteceu. Contudo, esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a “inovações financeiras” para securitizar os títulos “podres” ou sem liquidez transformando-os em títulos negociáveis, e, em alguns casos dando esses títulos como garantia de dívidas (BRESSER-PEREIRA, 2009; SICÇÚ, 2009).

A crise agravou-se quando os clientes *subprimes* não honraram seus empréstimos. Para alguns o prejuízo foi perder os imóveis e para outros um endividamento maior que suas rendas, devido à elevação da taxa de juros

⁵ Conforme Hermann (2009), a política monetária americana foi de elevar a taxa básica de juros de 1,00% para 5,25% a.a. entre o segundo trimestre de 2004 e o segundo de 2007.

no mercado. O resultado foi o aumento sem precedentes da inadimplência e a insolvência das instituições financeiras.

Na data do dia 15 de setembro de 2008 há o anúncio de falência do *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de investimentos americano. Para Bresser-Pereira (2009) um grave erro cometido pelo Tesouro norte-americano foi o de não salvar o *Lehman Brothers*, o que tornou a crise sistêmica em função da perda de confiança dos correntistas e investidores no sistema financeiro fazendo com que o quadro financeiro mundial entrou em franca deterioração.

3. INTERPRETAÇÕES DA CRISE

Para Keynes (1970), o nível de emprego de uma economia é determinado pela propensão a consumir mais os investimentos, o que determina também o nível dos salários reais. Caso a propensão a consumir e o montante dos investimentos resultem numa insuficiência de demanda frente a oferta, o volume do emprego cai até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra. Ocorre assim uma situação de desemprego involuntário. Este fato explica o paradoxo da “pobreza em meio à abundância”, pois a insuficiência de procura efetiva não permite à economia de chegar ao seu ponto de pleno-emprego.

Keynes (1970) observa também a tendência de se alargar a distância entre o produto real e o produto potencial quanto mais rica for a nação. Um país pobre tenderá a consumir quase toda a sua produção. Nesse caso, um pequeno investimento garante o pleno emprego. Já num país rico como os EUA, a poupança será muito maior pois a propensão marginal a consumir é mais fraca. Da mesma maneira, a dificuldade para que a poupança seja totalmente investida na produção será maior, com a agravante do capital acumulado ser muito grande. O problema é quando a poupança em si não é investida na produção e é canalizada para o mercado especulativo. Assim, parte da riqueza não cria base produtiva mas expande os meios de pagamento sem uma contrapartida na criação de postos de trabalho.

No entanto, para haver equilíbrio na economia é preciso que a demanda por investimentos cresça em magnitude igual ao acréscimo da oferta global menos o acréscimo do consumo. Porém, isso depende também das expectativas dos empresários. Os empresários comparam a eficiência dos seus investimentos frente às alternativas de aplicação do capital e ao custo de

tomar este capital junto aos bancos (KEYNES, 1987 e 1987a). Nesse caso, a taxa de juros é apenas um dos condicionantes do investimento, o outro é o lucro esperado do investimento, o que Keynes chama de *eficiência marginal do capital*. Quando o capitalista espera alcançar uma taxa de retorno (em forma de lucro) com o investimento em bens de capital, matéria prima e mão-de-obra maior do que a taxa de juros, ele certamente optará pelo investimento. Porém, se há um ambiente de incerteza e risco muito grandes, então há uma tendência à retração dos investimentos, e, conseqüentemente, sobre o nível de emprego. Daí que Keynes (1985) admite que a regulação do investimento corrente não pode ficar abandonada apenas à iniciativa privada, caso contrário, as tendências às crises seriam mais freqüentes, vinculada um fluxo circular que poderia causar até mesmo uma depressão, até o momento que um fato novo viesse reverter o processo.

A crise surge quando as expectativas, que geraram um determinado nível de eficiência marginal do capital são frustradas, eram falsas ou exageradas. O resultado é um sobre investimento seguido de um corte na demanda efetiva (pela retração do investimento e do próprio consumo), além da elevação na taxa de juros, dado o aumento da incerteza e da inquietude em relação ao futuro. Neste caso, a economia entra em recessão e se inicia um processo cumulativo de retração de gastos e do emprego. A saída da crise está na recuperação da eficiência marginal do capital. Neste sentido, deve-se ressaltar que a própria crise prepara sua recuperação quando “a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência se torne bastante óbvia para aumentar a eficiência marginal” (KEYNES, 1970, p. 303). O problema é que ela não se recupera tão violentamente como cai. Assim, o período de crise pode ser doloroso demais. Para acelerar a recuperação Keynes (1970) sugere medidas que modifiquem o padrão de renda da população, no sentido de melhorá-la, favorecendo a tendência ao consumo. A propensão a consumir conduziria a um aumento das atividades produtivas e ao crescimento econômico, melhorando também os ganhos dos empresários.

Diferente de Keynes (1970, 1987), Schumpeter (1985) não considera que o crescimento da economia deriva do crescimento populacional, da renda e da riqueza, como parte de um processo de desenvolvimento. Assim, o crescimento econômico não resulta em nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas são meras mudanças naturais.

Para que as novas combinações possam se concretizar, o modelo de Schumpeter (1985) destaca o relevante papel desempenhado pelo sistema de crédito, cujo fornecimento é atribuído aos indivíduos chamados de “capitalistas”, os capitalistas privados – proprietários de dinheiro, de direitos ao dinheiro ou de bens materiais. O banqueiro como detentor de recursos financeiros dos agentes econômico substitui os capitalistas privados ou se torna o seu agente, na função de suprir o volume de crédito indispensável ao financiamento das novas empresas que vão introduzir as mudanças na vida econômica, as inovações. Desse modo, o banqueiro transforma-se no capitalista por excelência, se colocando entre os que desejam formar combinações novas e os que possuem os fatores de produção.

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. Trata-se de um processo de mutação industrial que origina os ciclos econômicos e expande a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo estruturas produtivas arcaicas e estimulando novas estruturas. Esse movimento de criação e destruição de riqueza impulsionando o consumo e os investimentos marcam os ciclos econômicos. Porém, no movimento dos ciclos, o *boom* num determinado momento termina e a depressão começa após a passagem do tempo que deve transcorrer antes que os produtos dos novos empreendimentos possam aparecer no mercado. E um novo *boom* se sucede à depressão, ao término do processo de reabsorção das inovações (SCHUMPETER, 1982). Esse efeito cíclico se amplia em função da interdependência dos agentes econômicos.

3.1. A Interdependência Entre os Agentes Econômicos.

Para entender os efeitos de uma crise econômica e principalmente a maneira pela qual ela envolve outras economias, se faz necessário identificar os agentes ativos que operam no sistema econômico, suas funções e formas de relação. Os agentes econômicos são indivíduos, instituições ou conjunto de instituições que através das suas decisões e ações, tomadas racionalmente, influenciam de alguma forma a economia. Rossetti (1992) e Montoro Filho (1994) destacam que a macroeconomia tradicional identifica quatro princi-

país grupos de agentes ativos, ou entidades econômicas, responsáveis pelos diferentes tipos de ações registrados no quadro operacional de um sistema econômico: unidades familiares, empresas governo e resto do mundo.

Conforme Troster e Mochón (1999), as unidades familiares tomam decisões sobre o consumo e a oferta de trabalho, as empresas tomam decisões sobre investimento, sobre produção e sobre a procura de trabalho, o Estado toma decisões de consumo, de investimento e de política econômica. Somados a esses agentes internos, tem-se o Resto do Mundo ou Exterior que representa todos os agentes externos à economia e toma decisões sobre todas as questões anteriores. Este agente está presente, em geral, em todas as economias mundiais, quando esta economia é uma economia aberta.

A produção é considerada atividade fundamental pois as demais categorias dependem das funções produtivas, ou seja, os diferentes agentes que operam nos sistemas econômicos nacionais só conseguem satisfazer as suas necessidades de consumo e de acumulação de riqueza se preliminarmente se dedicarem à produção de bens e serviços para consumir e/ou acumulação. Complementarmente a produção tem a função de reunir, organizar e remunerar as unidades familiares, para a realização da produção se consumir (ROSSETTI, 1992).

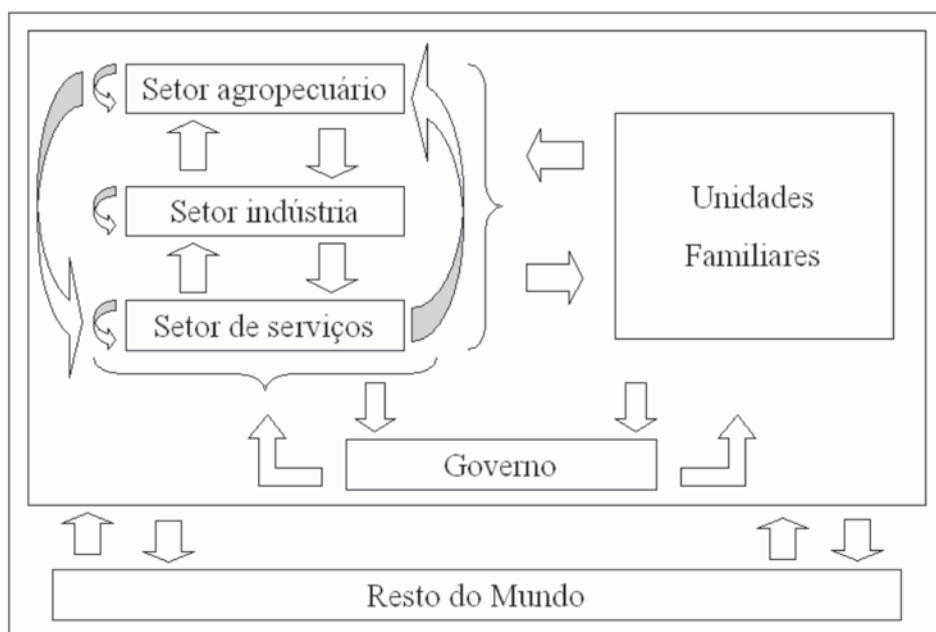
Com a Figura 1 tem-se e evidência a complexidade de transações econômicas ocorridas em uma economia. Entre as empresas, classificadas por setores produtivos, nota-se transações em escala inter-setorial e intra-setorial. As empresas são incapazes de, isoladamente, produzir. As unidades de produção necessitam assim de força de trabalho, capaz de contribuir para a transformação de matérias-primas em bens, dotados de valor, necessitando para tanto de membros de unidades familiares. As unidades familiares também contribuem para a demanda de bens e serviços disponíveis na economia. É notório a presença de dois fluxos, um real e outro monetário.

Complementarmente tem-se o agente governo, que além de contribuir para a demanda de bens e serviços ofertados pelas unidades de produção, contratam mão-de-obra para funcionamento de seus serviços e administração pública, oferta serviços, tanto às famílias como empresas. Este agente tem sua receita predominantemente resultante de tributos pagos pelos demais agentes, de forma direta ou indireta. Além disso, o governo pode estimular a demanda na economia através dos seus gastos públicos correntes ou através

de investimentos. Porém, há limites para a intervenção do Estado na economia. Para Sutcliffe (1979), quando o financiamento dos gastos públicos se dá pela emissão desordenada de moeda há uma forte tendência a produção de uma espiral inflacionária a longo-prazo. Assim, a partir de um momento o Estado já não é mais capaz de continuar financiando a acumulação de capital. Nesse momento a crise econômica assume também, o conteúdo de uma crise política de Estado, levando a uma reflexão sobre o seu real papel dessas políticas como indutor do crescimento econômico.

Há de se destacar também, além da existência do fluxo real na economia, a existência de um fluxo de caráter monetário que é resultante do fluxo real. Para cada fornecimento de produto, serviço ou mão-de-obra (ou força de trabalho) percebe-se a contrapartida monetária, o pagamento pela aquisição ou contratação destes.

Figura 1: Fluxo real entre os agentes econômicos de uma economia aberta



Fonte: elaborado pelos autores

As economias nacionais, detentoras de recursos naturais e atributos construídos, apresentam-se de forma não homogênea quanto aos seus es-

toques de recursos e atributos. O comércio internacional contribui, sob este aspecto, no sentido possibilitar mercado para um produto que se mostra saturado internamente, ou procurar mercado mais atrativo para esse produto. Em contrapartida as economias também são incapazes de produzirem tudo o que necessitam para o consumo interno, tendo o mercado externo como alternativa de sanar a subprodução interna. Em outros casos, o fortalecimento do mercado externo é um mecanismo para a obtenção de divisas estrangeiras para fazerem frente aos serviços da dívida externa, a remuneração de prestadores de serviços estrangeiros e financiamentos internacionais

Considerando a existência da inter-dependência entre países e regiões, com intuito principal de sanar *déficit* e/ou *superávit* de produção ou monetário, os mercados mesmo distantes geograficamente se interligam e a maioria das nações e regiões se tornam, em maior ou menor grau, dependentes de outras.

Nota-se, portanto, um intrincado sistema de relações entre os agentes econômicos, de forma direta e indireta. Tal sistema evidencia, sobretudo, a dependência existente entre todos os agentes econômicos, internos e externos, em que a decisão de um único agente influencia e é influenciada pela decisão dos demais.

4. AMECÂNICA DO EFEITO TRANSBORDAMENTO DA CRISE FINANCEIRA NORTE-AMERICANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A relação entre os agentes econômicos resulta no produto, constituído de bens e serviços à disposição da coletividade. O produto, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), expressa a geração de riquezas de uma nação. A tabela 1 evidencia o PIB de importantes economias mundiais e as diferentes magnitudes com que este se apresenta para cada uma dessas economias.

O *ranking* das maiores economias do mundo é liderado pelos Estados Unidos, detentor de um PIB equivalente a quase o dobro do produto da China, segundo colocado no *ranking* mundial. Em terceiro e quarto lugar se encontram o Japão e a Índia com um PIB correspondente a 30,6% e 23,8%, respectivamente, do produto norte-americano. O Brasil, no ano de 2008, alcançou a nona posição no *ranking* chegando a produzir mais de US\$ 1,9 trilhão de dólares em bens e serviços finais, correspondendo a 13,9% do PIB dos Estados Unidos.

TABELA 1 - Produto Interno Bruto das maiores economias do mundo (2008) - milhões US\$

Ranking	País	PIB*
1	Estados Unidos	14.204.322
2	China	7.903.235
3	Japão	4.354.550
4	Índia	3.388.473
5	Alemanha	2.925.220
6	Rússia	2.288.446
7	Reino Unido	2.176.263
8	França	2.112.426
9	Brasil	1.976.632
10	Itália	1.840.902
11	México	1.541.584
12	Espanha	1.456.103
13	Coréia	1.358.037
14	Canadá	1.213.991
15	Turquia	1.028.897
16	Indonésia	907.264
17	Iran	839.438
18	Austrália	762.559

Fonte: *World Bank* (2010)

* Nota: considera a paridade do poder de compra (PPP).

Dado o cenário de crise financeira instalada na economia americana e a falência do Banco *Lehman Brothers*, os agentes econômicos providos de reserva bancária, credores do mercado financeiro, sentindo-se ameaçados em não recuperar as suas reservas retiram-na do mercado. Há escassez de

moeda no mercado. A taxa geral de juros se eleva como forma de compensar o risco de novo empréstimo, ou seja, a economia entra num problema de liquidez monetária.

Com a contração do crédito outra consequência da crise inicialmente financeira é a redução no consumo das famílias e do investimento das empresas, dois dos principais indutores da expansão das economias nos anos recentes, também incentivados pela baixa taxa de juros e pelo crédito facilitado. Com menos dinheiro em circulação os gastos dos agentes econômicos são menores, produz-se menos e o crescimento é menor, ou inexistente.

A Tabela 2 retrata a redução do produto em economias de representatividade mundial, para melhor expor o efeito da crise financeira iniciada. Percebe-se que no ano de 2008 a taxa de crescimento do PIB dos países analisados reduziu-se drasticamente. Alguns países como Itália e Japão apresentaram um crescimento negativo do produto, com taxas respectivas de -1,04% e -1,17%. No ano de 2009 o efeito da crise financeira dos EUA passa a ser sentido de forma ainda mais agressiva em um maior número de economias. Tanto que o México apresentou, no primeiro trimestre, uma retração de quase 6,5% do seu PIB, conseguindo amenizar os efeitos da crise apenas na segunda metade de 2009. A Inglaterra, nos três trimestres de 2009 apresentou retração do PIB, e, os Estados Unidos, de acordo com dados do *World Bank* (2010), teve um recuo do PIB na ordem de 2,43% no final de 2009.

TABELA 2 - Evolução do PIB nas principais economias mundiais (%)

Países	Ano	2005	2006	2007	2008	2009		
						1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Austrália		3,44	2,55	4,83	2,31	0,56	0,71	0,17
Brasil		3,14	3,94	6,06	5,13	-0,88	1,08	1,26
Canadá		3,02	2,85	2,53	0,41	-1,58	-0,77	0,09
Euro Área		1,79	3,11	2,75	0,54	-2,46	-0,12	0,42
França		1,89	2,22	2,32	0,42	-1,36	0,33	0,26
Alemanha		0,75	3,16	2,47	1,26	-3,54	0,44	0,73

Indonésia	5,68	5,52	6,27	6,07	0,92	1,32	1,62
Itália	0,66	2,04	1,56	-1,04	-2,72	-0,49	0,57
Japão	1,93	2,04	2,36	-1,17	-3,11	0,68	0,33
Coréia	3,96	5,18	5,11	2,22	0,12	2,65	3,25
México	3,21	5,13	3,33	1,35	-6,45	-0,27	2,93
Inglaterra	2,17	2,85	2,56	0,55	-2,52	-0,67	-0,16
Estados Unidos	3,05	2,67	2,14	0,44	-1,65	-0,18	0,55

Fonte: *World Bank* (2010)

A redução no ritmo de crescimento econômico das nações é justificada pela forte dependência externa, tanto no fluxo do comércio exterior quanto no fluxo de capitais. Essa dependência de um país para com o resto do mundo fica evidente ao se analisar as importações de algumas dessas nações. Com a Tabela 3 verifica-se que as importações, após o ano que se desencadeou a crise, reduziram-se de forma expressiva. Os Estados Unidos, detentor do maior PIB do mundo, no ano de 2008 importaram um montante superior a 15% de seu PIB. Já nos três primeiros trimestres de 2009, não importaram mais que 10,9% (em média) do valor correspondente ao seu PIB. A Indonésia, entre o fechamento de 2008 e o terceiro trimestre de 2009 deixou de importar mais de 8,7%, comparativamente ao seu PIB.

TABELA 3 - Representatividade das importações sobre o PIB das grandes economias mundiais (%)

Países	Ano	2005	2006	2007	2008	2009		
						1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Austrália		16,99	17,72	17,36	19,06	16,93	15,66	16,60
Brasil		8,80	8,80	9,26	11,13	9,56	7,75	8,44
Canadá		29,33	28,17	27,20	27,65	24,56	24,12	24,76

Euro Área	15,69	16,56	16,66	16,44	13,99	13,45	13,47
França	22,65	23,74	23,90	24,45	20,58	19,92	19,15
Alemanha	28,01	31,57	31,71	32,39	29,02	26,96	27,66
Indonésia	26,46	21,61	21,55	25,41	17,73	15,77	16,62
Itália	21,64	23,63	24,07	24,27	20,09	19,09	18,18
Japão	11,33	13,29	14,12	15,56	10,13	10,05	11,31
Coréia	30,92	32,51	34,01	46,85	42,71	36,11	38,42
México	27,28	28,16	28,92	29,61	27,86	26,12	28,37
Inglaterra	21,19	22,41	22,16	23,56	21,94	21,48	21,78
Estados Unidos	13,73	14,32	14,35	15,02	10,29	10,56	11,76

Fonte: *World Bank* (2010)

Concomitantemente, instalado um desaquecimento da produção e do produto, estimulado principalmente pela falta de crédito, as economias passaram o produzir em menor escala e projetos de investimentos deixaram de ser executados. Como consequência as importações se retraem e, por fim, exportações perdem, também, expressividade. Dessa forma, a contração da produção e do consumo, inicialmente interna, se prolonga e passa a ser sentido em outras economias. O comércio externo (importação e exportação) é retraído. O contágio da crise se faz então em escala planetária.

A Tabela 4 traz o comportamento das exportações de importantes países, num período anterior e contemporâneo à crise. O Japão, um dos principais parceiros internacionais dos Estados Unidos, apresentava em 2008 um volume de exportações correspondente a 16,07% de seu PIB. Com a crise instalada, reduziu suas exportações para, pouco mais de, 12% de seu produto, no terceiro trimestre de 2009. O Brasil, que tem também nos Estados Unidos com importante parceiro comercial, sentiu a crise financeira em suas exportações. Em 2008 o país apresentava um volume de exportações superior a 12% do PIB. Já no terceiro trimestre de 2009 esse percentual recuou para 9,8%.

TABELA 4 - Representatividade das exportações no PIB das grandes economias mundiais (%)

Países	Ano	2005	2006	2007	2008	2009		
						1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
Austrália		14,36	15,69	14,83	17,92	17,72	15,37	14,85
Brasil		13,44	12,65	11,75	12,08	10,06	10,35	9,80
Canadá		31,77	30,69	29,15	29,89	24,06	22,77	23,07
Euro Área		16,41	17,18	17,15	16,94	14,40	13,90	13,97
França		20,67	21,33	20,91	20,83	17,29	17,29	16,99
Alemanha		35,07	38,41	39,75	39,56	33,53	32,14	32,99
Indonésia		30,34	28,39	27,48	28,90	21,23	21,22	21,41
Itália		20,98	22,30	23,60	23,53	18,92	19,23	18,62
Japão		13,09	14,90	15,97	16,07	9,40	10,78	12,23
Coréia		33,66	34,20	35,41	45,42	44,48	44,18	42,94
México		25,17	26,30	26,53	26,58	25,64	25,27	25,71
Inglaterra		16,30	17,56	15,53	17,12	15,94	15,77	16,11
Estados Unidos		7,18	7,75	8,26	9,01	6,96	7,11	7,43

Fonte: *World Bank* (2010)

A interdependência creditícia e produtiva, existente entre as economias abertas, faz com que bons resultados econômicos sejam compartilhados e se tornem pujantes, em maior ou menor grau, dos resultados econômicos das demais nações envolvidas. No caso de uma crise instalada sua propagação também se torna inevitável devido ao intrincado sistema de relações, interna e externa, notado nas economias mercantis existentes.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi de evidenciar a forma como a crise financeira norte-americana, eclodida em 2008, se propagou para as demais nações do mundo, pela ótica da contabilidade nacional.

Fato notório é a existência de complexo e confuso sistema de relações entre os agentes econômicos, de forma direta e indireta. Esse sistema provido de dependência entre todos os agentes econômico, internos e externos, faz com que a decisão de um único agente influencie e seja influenciado pela decisão dos demais.

As crises econômicas são intrínsecas ao sistema capitalista. Com a interligação econômica fortalecida com a globalização, quaisquer alterações nas relações econômicas entre os países ou até internamente refletem de várias formas externalidades que podem ser negativas (no caso da crise), ou não.

A crise financeira dos EUA, de 2008, teve origem na baixa de taxa de juros do mercado imobiliário, que estimulou, além de interessados na aquisição de imóveis, especuladores do mercado. A situação de prosperidade nos negócios fez com que as instituições bancárias alavancassem mais crédito e emprestassem aos clientes desprovidos de potencial de pagamento – carteira *subprime*. Com receio dos efeitos de um aquecimento prolongado da economia no mercado de bens e serviços, o Tesouro norte-americano resolveu elevar a taxa de juros. A inadimplência de parte dos empréstimos é concretizada, o desaquecimento do mercado é verificado, bancos decretam falência e outros agentes econômicos são afetados dada a relação existente com o mercado.

A crise financeira norte-americana, caracterizada pela falta de crédito, a insolvência das famílias e a retração do consumo, agravada pela falência de instituições bancárias, se transferiu para outros países, inicialmente pelo mercado financeiro, globalizado, e posteriormente pela redução, direta ou indiretamente, do comércio internacional, sendo mais agressiva nas nações com maior dependência externa.

A política de intervenção do Estado na economia, em favor da recuperação da capacidade de consumo das famílias, do crédito e da acumulação de capital, mais cedo ou mais tarde, esbarra no limite da capacidade de financiamento do próprio Estado. Apesar dos dispêndios do Estado fomentar o consumo de produtos e realizar a mais-valia gerada no sistema produtivo, as mesmas exigem financiamento causando a elevação da carga tributária sobre

salários e lucros. Sem contar que a expansão dos gastos públicos de forma descontrolada poderá pressionar o processo inflacionário a longo-prazo. Sendo assim, o que pode ser uma solução no curto-prazo, poderá exigir ajustes mais drásticos a longo-prazo para conter novas euforias financeiras.

THE SPILLOVER EFFECT OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC CRISIS

Abstract

This paper was to show the way that the economic crisis started in a region gets larger proportions and to other regions. The research method is case study, through analysis of the economic crisis the U.S., 2008. The results indicate that the American crisis began in the financial market and moved later to the production market, the reduction of credit, causing a global recession by the market. The countries with the highest external dependence and greater relationship with the United States have been impacted more aggressively.

Keywords: Economic crisis, economic growth, economic agents

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4º ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crise e recuperação da confiança. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 29, nº 01, p.133-134, 2009.

FIGUEIREDO, O.; HAMBURGER P. L. **Casos de administração mercadológica: uma coletânea**. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

FRANCO JUNIOR, H.; CHACON, P. P. **História econômica geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

GALBRAITH, J. K. *American capitalism*. Boston: Houghton Mifflin, 1956.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 42º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.

HERMANN, J. Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao paraíso. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 29, nº 01, p. 138-141, jan-mar de 2009.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

Napoleoni, Cláudio. **O Pensamento Econômico do Século XX**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

KEYNES, J. M. A Teoria *Ex Ante* da Taxa de Juros. **Literatura Econômica**, vol. 09, nº 02, p.165-172, 1987.

_____. Teorias Alternativas da Taxa de Juros. **Literatura Econômica**, vol. 09, nº 02, p. 147-158, 1987a.

_____. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1970.

KOSHIBA, L. **História: origens, estrutura e processo**. São Paulo: Atual, 2000.

LOBO, R. J. H. **História econômica geral e do Brasil**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 1977.

MONTORO FILHO, A. F. **Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

REZENDE FILHO, C. B. **História econômica geral**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSSETTI, J. P. **Contabilidade Social**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, I. A. **História econômica geral e formação econômica do Brasil**. São Paulo: Estrutura, 1979.

SICÇÚ, J. Para além das políticas de resgate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, vol. 29, nº 01, p. 144-145, 2009.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SUTCLIFFE, B. O keynesianismo e a estabilização das economias capitalistas. In: - NORE, P & GREEN, F. (org.) **A economia: um antitexto**. Rio de Janeiro: Zahar, p.195-214, 1979,

TRÓSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

WORLD BANK. *Principal Global Indicators*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 27 fev. 2010.